

Secretário executivo do Ministério da Saúde revela que política de financiamento será mudada

Governo traça metas para os hospitais universitários

CLAYTON LEVY

clayton@reitoria.unicamp.br

Reformular a política de financiamento e reorganizar o atendimento. Esta é a proposta do secretário executivo do Ministério da Saúde, Gastão Wagner de Souza, para tentar pôr fim à crise dos 45 hospitais universitários no país. Até o final do primeiro semestre, eles acumulavam uma dívida de R\$ 290 milhões, segundo dados da Associação Brasileira de Hospitais Universitários e Entidades de Ensino. Esse endividamento representa mais de meio ano de faturamento destas unidades com o Sistema Único de Saúde, que em 2001 foi de R\$ 540 milhões.

Os primeiros passos para implementar a proposta do ministério já foram dados. Segundo Gastão, o governo está propondo um novo modelo de financiamento, específico para os hospitais universitários. Em vez de um contrato baseado na produtividade, o repasse seria feito a partir de metas pré-estabelecidas. “O hospital se comprometeria a atingir determinadas metas e receberia por isso”, diz.

Ao mesmo tempo, Gastão diz que o ministério já reajustou o valor do repasse para alguns procedimentos específicos, cujo teto não subia há cerca de dez anos. Outra proposta é articular parcerias com estados e municípios para desafogar os pronto-socorros dos hospitais universitários que, a rigor, deveriam atender somente casos de urgência e alta complexidade. “Em Ribeirão Preto isso já está acontecendo”, diz. Gastão também quer que as prefeituras abram espaço em suas policlínicas para que estudantes de medicina e enfermagem desenvolvam sua formação.

Na entrevista que segue, concedida ao *Jornal da Unicamp* durante o Fórum Permanente e Interdisciplinar de Saúde, Gastão, que é professor da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp (FCM), fala sobre a crise financeira dos hospitais universitários e aponta caminhos para superá-la. O evento, promovido no último dia 16 pelo Hospital de Clínicas da Unicamp e Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Caism), focalizou o tema “As políticas públicas de saúde e o papel dos hospitais universitários”.

JU - Na visão do ministério da saúde, qual deve ser o papel do hospital universitário?

Gastão — Esse papel precisa ser redefinido. Hoje, o hospital universitário faz de tudo um pouco. A nossa proposta é que ele seja um espaço de atendimento especializado, de pesquisa, ensino, residência e pós-graduação. Também é importante que o SUS abra espaço para o estágio. As prefeituras e os estados precisam abrir um espaço para os alunos de medicina e enfermagem desenvolverem sua formação nas policlínicas e nos demais programas de atendimento, como o *Saúde da Família* e o *Saúde Mental*. Queremos reorganizar esse sistema para que o atendimento especializado, como transplante, tratamento do câncer, e a pesquisa, ocorram no hospital universitário.

JU - As articulações para essa parceria com estados e municípios já estão sendo feitas?

Gastão — Já estamos trabalhando nessa linha.

JU - E qual é a receptividade à proposta?

Gastão — Muito boa. Estamos trabalhando com todos os hospitais universitários. Estamos trabalhando na linha de contrato de metas. Definindo ampliação do financiamento aos hospitais universitários baseada em metas e envolvendo estados e municípios. Estamos trabalhando nisso, tentando evitar rompimentos unilaterais. Em razão da crise financeira, muitas vezes a universidade pára de atender às urgências antes que o município se capacite, o que gera uma situação difícil para a população.

JU - Esse é um quadro presente em quase todos os hospitais universitários do país. Em razão disso, o ministério pretende adotar uma política de financiamento diferenciada para os hospitais universitários?

Gastão — Sim. Esse contrato de metas é específico. Em relação aos hospitais federais, que fazem parte do orçamento da União, já criamos um financiamento especial. Ampliamos o número de funcionários em 30%. Eles estavam usando dinheiro

do SUS para pagar funcionários e nós conseguimos orçamento para concurso, que foi o primeiro da área. Com isso conseguimos ampliar o número de médicos e enfermeiros. Conseguimos ampliar o orçamento via SUS. Então, temos uma proposta específica para os hospitais universitários que está sendo construída junto com eles.

JU - Qual a linha mestra dessa proposta?

Gastão — Mudar o contrato de pagamento, que atualmente é baseado na produtividade, por um contrato por metas. O hospital se comprometeria a atingir determinadas metas e receberia por isso. Queremos fazer um contrato que mude o padrão de financiamento.

JU - Em muitos hospitais universitários, o teto de repasse para determinados exames, como por exemplo o de tomografia computadorizada, não sobe há cerca de dez anos. No caso do HC da Unicamp, a demanda por esse tipo de atendimento subiu nesse período de 700 para 1,2 mil por mês. A diferença cai na conta do hospital e gera déficit. O senhor acha que essa nova proposta será suficiente para acabar com o déficit dos hospitais universitários?

Gastão — Sim. Porque em vez de pagar por procedimento queremos pagar por metas. Por exemplo: se um transplante implicar numa tomografia, então pagaremos o conjunto do procedimento, o que implica na necessidade de o hospital ter tomógrafo. Agora, o ministério já reajustou uma série de procedimentos que estavam defasados, como hemodiálise e atendimentos de média complexidade. O problema é que alguns estados não repassaram esse aumento aos hospitais universitários.

JU - Como o ministério pretende atuar nestes casos?

Gastão — O estado é autônomo, não podemos constrangê-lo. Mas temos o dever de fazer a mediação. A verdade é que houve esse aumento. O índice variou conforme o procedimento. Em alguns casos chegou a 30%. A consulta médica, por exem-



O professor Gastão Wagner de Souza, secretário executivo do Ministério da Saúde: “Estamos evitando rompimentos unilaterais”



plo, na área pública, passou de R\$ 2,00 para R\$ 7,00. Acredito que o déficit do HC da Unicamp, que gira em torno de R\$ 250 mil por mês, poderia ser coberto com estes aumentos.

JU - É possível quantificar o aumento dos investimentos previstos nos hospitais universitários?

Gastão — Esse ano já ampliamos o gasto com hospitais universitários em R\$ 100 milhões além do que estava previsto. Esse dinheiro foi destinado a repasses, pessoal e equipamentos.

JU - O senhor também defende uma redefinição do papel do pronto-socorro no hospital universitário. Redefinir quais aspectos?

Gastão — Esse tipo de pronto so-

corro, que é aberto, é um atendimento que o município tem de assumir, deixando para o hospital universitário apenas os casos mais graves. Em Ribeirão Preto isso já acontece. A prefeitura e a universidade montaram um pronto-socorro conjunto no centro da cidade e o Hospital das Clínicas passou a atender casos referenciados. Não tem mais porta aberta. Pessoas com pressão alta, por exemplo, não são encaminhadas ao HC e sim para o posto de saúde ou para outro pronto-socorro.

JU - Como é possível aos hospitais universitários conciliar esse atendimento brutal à população com atividades de ensino e pesquisa?

Gastão — O hospital universitário

tem de ser diferente dos outros. Tem de ter um espaço para fazer pesquisa e adotar outro ritmo de atendimento. Tem de reorganizar o modelo. Vários já estão fazendo isso.

JU - O governo liberou um acréscimo de R\$ 3 bilhões para o orçamento do SUS. De que maneira esse dinheiro está sendo usado?

Gastão — Esse dinheiro é pactuado com estados e municípios. Desse total, R\$ 100 milhões foram para os hospitais universitários, R\$ 400 milhões foram para a atenção básica, R\$ 200 milhões foram para o combate à epidemia de dengue, e R\$ 1,1 bilhão foi para o aumento dos procedimentos mais complexos. Portanto, esse dinheiro foi todo aplicado na atenção à saúde.

Fotos: Antoninho Perri